

A “NOVA” INTERVENÇÃO GOVERNAMENTAL, A DÍVIDA PÚBLICA E O IMPASSE NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA AMAZÔNIA BRASILEIRA.

Benjamin Alvino de Mesquita

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

A “NOVA” INTERVENÇÃO GOVERNAMENTAL, A DÍVIDA PÚBLICA E O IMPASSE NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA AMAZÔNIA BRASILEIRA.

Resumo: Esta comunicação discute as consequências para o crescimento econômico, particularmente para regiões subdesenvolvidas como a Amazônia Brasileira e a opção realizada pelo país, na década de 1990, de priorizar os gastos com pagamento de juros e encargos da dívida pública vis à vis aos dispêndios com investimentos produtivos. Mostra que a forma atual de geração e de repartição da riqueza, por ser extremamente desigual, estimula as desigualdades socioespaciais que predominam no país.

Palavras-chave: Papel do Estado, dívida pública, excedente econômico, crescimento econômico, Amazônia.

THE “NEW” GOVERNMENT INTERVENTION, THE PUBLIC DEBT AND THE *CUL-DE-SAC* IN THE DEVELOPMENT OF THE BRAZILIAN AMAZON

Abstract: This communication intends to discuss the consequences of economic growth, particularly concerning the underdeveloped regions such as the Brazilian Amazon. It presents the 1990’s country’s option of prioritizing the spending with interest payment and the charges of the public debt vis à vis the expenditures with productive investments. The actual way of generating and sharing wealth, since it is extremely uneven, fosters the socio spatial inequalities that are at large in the country.

Keywords: The State’s role, public debt, economic surplus, economic growth, Amazon.

Recebido em 12.04.2009. Aprovado em
16.06.2009.

1 INTRODUÇÃO

O presente texto propõe-se a fazer uma avaliação das consequências advindas da reforma do Estado que ocorreu a partir da década de oitenta, no bojo da mudança do padrão de acumulação vigente após a II Guerra Mundial, caracterizada pela presença ativa do papel do Estado na indução à industrialização e uso do planejamento econômico como forma de aceleração do desenvolvimento, em particular nas economias subdesenvolvidas, por um outro modelo de acumulação, ancorado nas forças de mercado e na passividade do Estado que emerge com o *Consenso de Washington (CW)*, no qual o livre fluxo de bens e mercadorias e o afastamento do Estado das funções tradicionais se transformam nos principais vetores de acumulação.

Para compreender as transformações a partir, daí há a considerar três questões (a dívida pública, a política fiscal e o crescimento econômico) pertinentes à atuação do Estado na economia em diferentes momentos, desde o processo de desenvolvimento pós anos oitenta.

Em outros termos, pretende-se visualizar o papel do Estado na economia e a consequência dessa “nova” forma de intervenção que ele assume na condução da política econômica, em particular frente ao pagamento da dívida pública, à política fiscal e à execução da política de crescimento econômico. Ou seja, quais as implicações desse “novo” formato de intervenção -- que passa a prevalecer nessa inserção à economia globalizada -- para o desenvolvimento do país, particularmente em regiões periféricas.

Nesse sentido, essa comunicação foi estruturada em três partes, afora esta introdução. Na inicial, se contextualiza produção, expansão e apropriação do excedente e os problemas advindos com o aprofundamento do desenvolvimento das forças produtivas, e resgata-se o papel e a importância histórica e atual desse instrumento de captação e de endividamento que é a dívida pública. Paralelamente, chama-se atenção de como a parte do “leão” desse excedente gerado é apropriado pelos agentes que garantem o moderno sistema de financiamento do setor público. Na sequência, analisa-se como a política macroeconômica (fiscal e monetária) adequa-se rapidamente (sem questionamento) aos preceitos do Consenso de Washington e o que isso representou ou representa para o crescimento econômico do país. Por último, comentam-se as consequências advindas desse processo de priorização do financeiro sobre a

parte produtiva para regiões periféricas como a Amazônia.

2 A PRODUÇÃO DE EXCEDENTE E O PAPEL DA DÍVIDA PÚBLICA NA SUA APROPRIAÇÃO

Há evidências de que essa prioridade do governo ao pagamento da dívida pública, somada ao seu afastamento sistemático e compulsório na condução de uma proposta de desenvolvimento com inclusão social, responda pelo medíocre perfil das economias latino-americanas, dentre elas a brasileira, no período posterior à década de oitenta: crescimento econômico pífio, concentração de riqueza sem igual, aumento das desigualdades socioespaciais e ausência de um projeto de desenvolvimento nacional que possa ou possibilite a inclusão da maioria da população, e não apenas de segmentos articulados com a globalização.

A produção de excedente é intrínseca à sociedade humana. O que muda são os atores e os apropriadores (desse produto líquido do trabalho). Se nos seus primórdios o capital era modesto e encontrava facilmente saída para sua aplicação, a partir da Revolução Industrial, sob a égide das formas capitalistas de produção, esse quadro se complica em função do modo crescente como o capital se reproduz, sem contrapartida de uma absorção em moldes produtivos, demandando uma procura incessante por novas formas de aplicação para que possa retomar a produção de novos excedentes.

Sabe-se que, cada vez que o capital completa seu ciclo reprodutivo, mais e mais excedente é gerado, só que em proporção geométrica. Ora, isso já ocorria na primeira fase da Revolução Industrial, quando o capitalismo ainda engatinhava e os ativos apropriados (a riqueza global) ainda eram relativamente modestos para os padrões atuais.

Imagine, 250 anos depois do aperfeiçoamento da máquina a vapor, a dificuldade de encontrar saídas rentáveis para somas astronômicas na casa dos trilhões de dólares. Ou seja, a questão é onde e como aplicar o excedente incomensurável em circulação, atualmente, à procura de espaço para sua valorização. Na esfera produtiva, gerando riqueza, diminuindo desigualdade, criando emprego e melhores padrões de vida à população? Ou na esfera financeira, especulativa, voltada para compra de ativos como ações, títulos da dívida pública de países, direitos de propriedade e intelectuais?

Há muito tempo, os capitalistas optaram pela segunda alternativa, o que significa parcelas cada vez menores direcionadas à geração de riqueza. A explicação é que esse caminho tem riscos menores, a valorização é infinitamente superior ao setor produtivo e o número de

tomadores de recursos (países) é relativamente pequeno frente ao universo das empresas, o que, em tese, implicaria melhor controle quanto aos riscos por parte do credor.

Além disso, com o novo padrão de acumulação predominante já no final dos anos setenta, baseado no aumento crescente da taxa de juros do Tesouro norte-americano, o financiamento da dívida pública tornou-se uma opção quase obrigatória e imbatível frente às demais. Isso explica por que os governos falidos da década de oitenta seguem o mentor (Estados Unidos) não só nesse processo e também em outros campos da política econômica hegemônica. Aliás, não lhes restam outras saídas a não ser essa de competir com o Tesouro americano na atração de investimentos para financiar seus balanços de pagamento e, portanto, na captação de dólares para saldar o serviço da dívida e assegurar a rolagem sem fim do seu (re) financiamento.

De acordo com Arrighi (1998), vem de longa data a questão do financiamento da dívida pública e o papel da banca internacional (*huat finance*), na sua eternização. Sua gênese está na cidade-estado de Florença, ainda nos séculos XIII e XIV. Inicialmente atrelada ao comércio de lã e metais, a banca passa a crescer e se consolidar como credora do Estado a partir dos empréstimos aos príncipes e ao Papa. Com a sua ascensão como importante centro dinâmico pré-capitalista, Gênova introduz técnica e controle monetário ao sistema herdado dos florentinos, impondo-se desde então (banca, fundos de investimentos) de forma peremptória na economia.

O endividamento progressivo do Estado, via empréstimos de terceiros, foi expediente utilizado à larga por governantes para variados objetivos (militares, econômicos, sociais e religiosos). Weber, Marx e outros demonstram o papel desempenhado pelo sistema de endividamento, as implicações e os atores beneficiados desse processo. Desde a era pré-capitalista, a dívida pública exerce papel fundamental na apropriação (ilícita) e na transferência de uma massa crescente de excedente, sendo o Estado mediador e, sobretudo, afiançador desse processo, no qual o hoje chamado capitalismo financeirizado abocanha parcela crescente da riqueza, sem risco nenhum e com margem de lucro superior à que predomina no setor produtivo,

Nas palavras de Marx, a dívida pública confere ao dinheiro estéril a capacidade de multiplicar-se e, assim, transforma-se em capital sem a necessidade de correr o risco que teria se estivesse na indústria, por exemplo. Os credores do Estado (bancos, fundos de pensão, fundos de investimento, dentre outros) ao comprarem em nada contribuem os títulos não dão coisa

alguma, pois o dinheiro emprestado converte-se em dívida pública, fácil de negociar, podendo continuar a funcionar em suas carteiras como dinheiro sonante (MARX, 1984, p.288). Foi dessa forma que ela se transformou em uma das principais alavancas de acumulação pré-capitalista. Contemporaneamente, a dívida pública ampliou ainda mais esse poder de acumulação, na medida em que é o principal sistema de financiamento internacional, hoje colocado à disposição dos países.

3 POLÍTICA MACROECONÔMICA E CRESCIMENTO ECONÔMICO

Se na década de oitenta a questão principal era com a dívida externa, na época neoliberal o foco é com a dívida interna, ambas vinculadas aos ditames de organismos internacionais e fator de instabilidade econômica e política para os envolvidos no sistema. A substituição de uma por outra ocorre nos anos noventa, com a nova formatação em que vão se inserir as economias falidas da década anterior. O eixo central desse enquadramento encontra-se no *Consenso de Washington (1989)*, que sugere uma série de medidas para que as economias saiam da crise e assim voltem a receber empréstimos oficiais do FMI e do BIRD e investimentos privados.

De forma resumida, a ordem é, de um lado, abrir a economia, retirando todo e qualquer entrave à entrada e saída de bens e serviços (inclusive de capitais); e, de outro, executar reformas estruturais (previdência, monetária e fiscal), flexibilizar a relação capital/trabalho, e, sobretudo, segurar os preços, isto é, controlar a inflação. Esse é o caminho do sucesso. Quem o seguir terá de volta a confiança do mercado e, conseqüentemente, o tão desejado fluxo de capitais e o círculo (ou seria o *circo*) virtuoso do crescimento econômico, da renda e do emprego.

Na verdade, o objetivo verdadeiro não era exatamente esse, e sim viabilizar a produção de excedentes para possibilitar a esses países voltar a pagar os juros da dívida então pendentes, em função da falência ocorrida na década de oitenta. Em outras palavras, estão em jogo duas coisas: a primeira é descobrir a rota mais rápida de produzir o excedente, e, a outra, é a repartição desse excedente, cuja parte maior tomará o caminho da banca internacional. As sobras é que se destinarão à economia local.

Essa idéia do CW se alastrou como rastilho de pólvora. Praticamente, quase todos os países endossaram essa lógica neoliberal. Poucos alcançaram o porto seguro; a maioria se arreventou, porque as políticas adotadas, em particular a de abertura comercial, levaram à deteriorização do balanço de pagamento e uma crescente desindustrialização. Nem os investimentos públicos e privados nem

os capitais externos (IDE) apareceram na proporção imaginada. A saída desses países, depois da privatização de setores estratégicos de suas economias, foi aplicar golpes baixos generalizados. Primeiro nos assalariados, depois em todos os contribuintes, via aumento dos juros. O objetivo: segurar a demanda e atrair capitais voláteis para financiar o serviço da dívida, através da venda de títulos públicos complementado por programas agressivos de exportação de *commodities* para inverter o déficit da balança comercial.

É esse formato, privilegiando o capital financeirizado “vis-à-vis” ao capital produtivo, testado com sucesso na década de noventa e conservado até hoje, explica a ênfase dada à política monetária desde o governo FHC e o crescimento exponencial da dívida interna, e, conseqüentemente, a prioridade do financeiro sobre o aspecto produtivo na economia, com repercussão no encolhimento de gastos fundamentais para o desenvolvimento de áreas periféricas como o Norte e o Nordeste do Brasil.

3.1 Instrumentos de intervenção e seus resultados

Com o marco neoliberal, onde a financeirização da economia se amplifica, o Estado nacional ignora as políticas setorial e regional, centralizando todas as atenções na política macroeconômica, sobretudo da monetária, fiscal e cambial, com uma única finalidade: garantir o pagamento do serviço da dívida, amortização e juros, deixando ao largo gastos com investimento produtivos, variável essencial ao desenvolvimento econômico. A lógica é do curto prazo, é a conjuntura sobrepondo o longo prazo, o planejamento.

Como se sabe, antes do processo de financeirização hoje vigente, a política fiscal se sobrepõe como engrenagem das mais relevantes para fomentar a industrialização do país. Em especial nos casos na Amazônia, com a SUDAM e do Nordeste, com a SUDENE. Deixou de ter esse papel indutor nos anos oitenta, quando as crises financeira e fiscal emergem no rastro do endividamento da década anterior. Em seu lugar, o Governo, já nos anos noventa, passa a perseguir, de forma obstinada, o controle da inflação e o superávit primário. Ou seja, a prioridade não é mais o gasto com investimentos produtivos, mas o pagamento de juros da dívida. Além disso, há ainda uma política cambial e comercial que desindustrializa parcela importante desse setor da economia brasileira.

Por outro lado, se o gasto público não prioriza a esfera produtiva, o investimento, e sim o setor financeiro; se a taxa de câmbio adotada bloqueia

a expansão do mercado interno e freia as exportações; e, se a política monetária (de juros escorchantes) é moldada a oferecer garantia e rentabilidade à ciranda financeira, torna-se fácil compreender, inclusive via execução orçamentária prevista em lei (LOA): como os recursos da sociedade são utilizados: se para custeio ou para investimento; compreende-se também porque juros e encargos da dívida e as inversões financeiras absorvem parcelas cada vez mais significativas das despesas da União em detrimento de outras políticas; por fim, entende-se, ainda, porque as taxas de crescimento da economia brasileira, nessa etapa neoliberal (1990/2005), em torno de 2,5% a.a, foram inferiores à registrada na chamada “década perdida” (3,1%) e também à observada no período de maior intervenção do Estado na economia entre 1960/1980 (7,3%).

Os dados governamentais (STN/CCONT/GEINC) pós-90, relativos à despesa de custeio, investimentos, com pagamento de juros e da dívida e a da proporção (%) do investimento efetivado, permitem compreender a queda na taxa de crescimento do país e da ênfase dirigida à dívida pública. Em 1991, por exemplo, a relação investimento e despesa de capital estava ao redor de 9%, a partir daí declina continuamente; em 2007 ela está em torno de 2%, enquanto isso a despesas de custeio neste intervalo de 17 anos é sempre crescente. O inverso ocorre com os dispêndios relacionados com juros e encargos da dívida. Há uma relação inversa entre os recursos direcionados à agiotagem e à produção de riqueza real, isto é, aumento da capacidade produtiva do país.

3.2 Investimento - a variável determinante

O crescimento econômico se sustenta essencialmente na expansão de novos investimentos, seja público ou privado, tendo o mercado e o Estado papéis de destaque na consecução desse objetivo. Para muitos, uma ação governamental efetiva exerceria um papel ímpar nesse processo. Para outros, ao contrário, a presença do Estado inibiria a ação das forças produtivas presentes na economia e seria fator de retardo ao crescimento econômico.

No Brasil, o desenvolvimento recente demonstra inequivocamente que o Estado teve e continua tendo relevância primordial na transformação radical por que passou a sociedade brasileira nas últimas quatro décadas. Portanto, o discurso neoliberal sobre as vantagens das forças de mercado frente à presença do Estado na economia não se sustenta, seja em âmbito nacional ou regional.

O montante de investimento privado, exceto em relação a algumas áreas como a de telecomunicações, foi insuficiente para

alavancar um crescimento sustentável nas regiões de menor dinamismo econômico, como o Norte e o Nordeste. O grande capital privado tem demonstrado pouco interesse em investir nesses locais, a não ser em áreas específicas e setores especializados.

4 GLOBALIZAÇÃO E O BLOQUEIO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A região Norte representa 45% da área do

do país, não tem impactado favoravelmente a maioria da população. Ao contrário, ela foi e continua sendo excluída desse processo de "desenvolvimento econômico". Na verdade, esse "sucesso econômico" é sinônimo de *crises social, urbana e ambiental*, desconsideradas no passado e no presente, pois, o Estado continua a privilegiar segmentos do grande capital em detrimento de outros.

O PIB da região ainda é muito modesto, o menor do País (5.3%). e a renda "per capita",

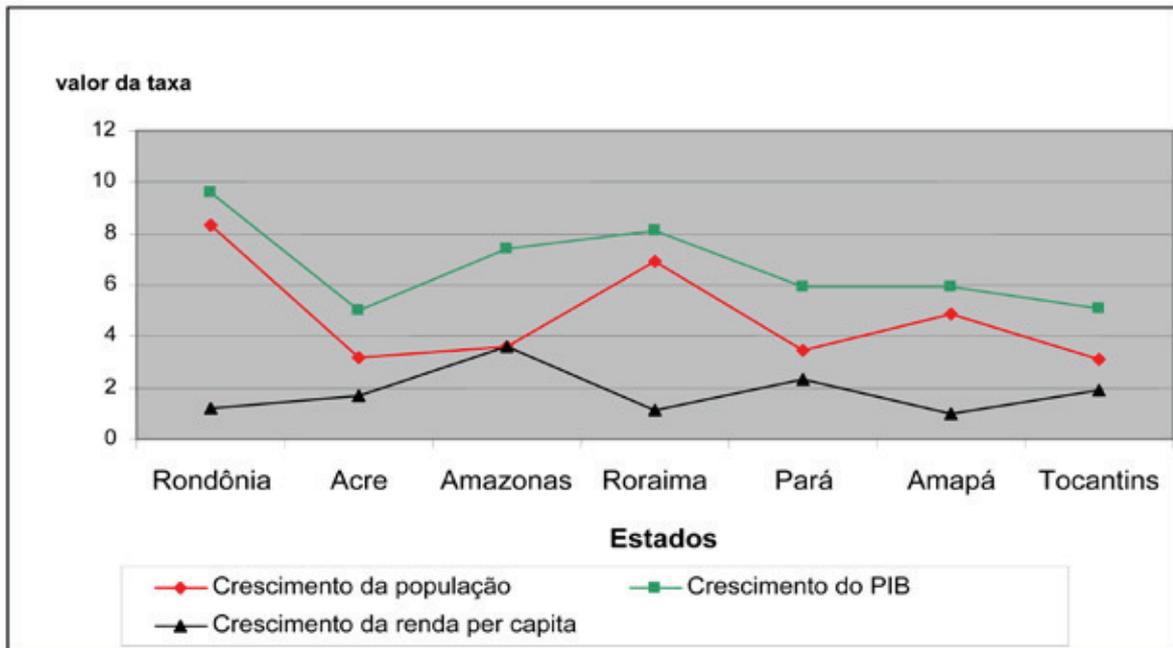


Gráfico 1- Evolução das taxas de crescimento da população, PIB e renda per-capita na Amazonia (1970/02).

Brasil. Se considerada a Amazônia Legal - que inclui Mato Grosso e parte do Maranhão -, essa proporção sobe para 61%. A população ainda é modesta, 14,6 milhões de habitantes, aproximadamente 8% da população brasileira. O "vazio" demográfico deu lugar a um outro cenário onde se encontram grandes metrópoles, médias e pequenas cidades em todos os estados. Fala-se até numa urbanização da selva. O perfil produtivo, baseado em enclaves ou quase enclaves, não se restringe mais ao mero extrativismo, caracterizando-se por uma série de setores e atividades capitalistas e por níveis de especialização que alteram substancialmente a relação capital/trabalho.

Nesse período neoliberal a região Norte cresceu acima da média nacional, porém muito inferior ao que prevalecia em épocas anteriores (antes de 85), quando o investimento público prevalecia e o planejamento da economia detinha alguma função na implementação de uma política regional.

O avanço econômico, expresso por altas taxas de crescimento, recebe loas pelo desempenho superior às médias regionais e

apesar de superar a do Nordeste, é apenas dois terços da nacional.

Sem dúvida, a Amazônia de hoje é diferente daquela do passado. As forças produtivas avançam inexoravelmente em todos os sentidos, concentrando a produção e beneficiando uma minoria integrada à dinâmica globalizante em prejuízo de outras partes. A resultante é uma Amazônia mais desigual, mais pobre e vulnerável, onde o processo de exclusão social caminha velozmente, apesar dos embates que emergem diuturnamente contra esse estado de coisa.

Embora esse modelo de ocupação e de integração assentado na grande empresa seja reconhecidamente um fracasso, explicando os perfis socioeconômico e ambiental vigentes, o Estado brasileiro insiste na mesma tecla. Se no passado, a ênfase governamental voltava-se para o seringalista e o capital mercantil, hoje a vez é das mineradoras e do agronegócio ligados ao capital financeiro que devastam geometricamente, excluem, desconhecem e desestabilizam povos e comunidades tradicionais secularmente estabelecidos na Amazônia. O preço pelo desconhecimento,

desvalorização e desrespeito à diversidade socioambiental e cultural dessa população nativa, que é quem, efetivamente, conhece a Amazônia, tem sido muito alto.

Por exemplo, nesses tempos de globalização, em diferentes locais da Amazônia, os enclaves têm bloqueado mais, do que viabilizado o desenvolvimento. A razão se encontra na forma de suas inversões, historicamente direcionadas para a mineração e o agronegócio da soja e pecuária, além do eucalipto e do dendê, todas com a mesma lógica. Ou seja, os investimentos mais significativos estão em indústrias extrativas, intensivas de capital e, voltadas para o mercado externo e que pouco agregam à economia local. A resultante geral em termos de desenvolvimento tem sido desfavorável à população, mesmo com a economia local crescendo acima da média nacional. No plano social, parâmetros como o IDH (0,733), INV (0,637) e o nível de incidência de pobreza (19%) revelam também que a apropriação da riqueza local continua sendo muito desigual.

Por outro lado, dado o caráter da integração vigente ocorrer via *commodities*, os demais setores e

a seguir mostram, efetivamente, em termos de atividades (soja e pecuária versus arroz e desmatamento) quem responde pela dinâmica na Amazônia no intervalo de 15 anos - 1990/2005 (UFMA, 2009).

Uma vista, mesmo que parcial, de dados mais recentes sobre o agronegócio da soja e da pecuária e também do arroz, permite-nos observar as mudanças espaciais ocorridas nas diversas atividades e delimitar, assim, os territórios de cada um.

Os gráficos abaixo relacionados demonstram de forma inequívoca quais as atividades que dão a dinâmica no setor agropecuário e que estados se destacam neste contexto. A dimensão da transformação é significativa, especialmente para a soja (100%) e o rebanho bovino (81%) muito diferente do que ocorreu com a cultura do arroz (21%) em igual período. A década de noventa representou o ponto de ascensão para a soja na Amazônia (Maranhão Rondônia e Tocantins) e da retomada do processo de pecuarização da Amazônia Ocidental (Acre e Rondônia)¹.

Percebe-se que tanto na evolução do rebanho (gráfico 3) quanto da expansão da soja

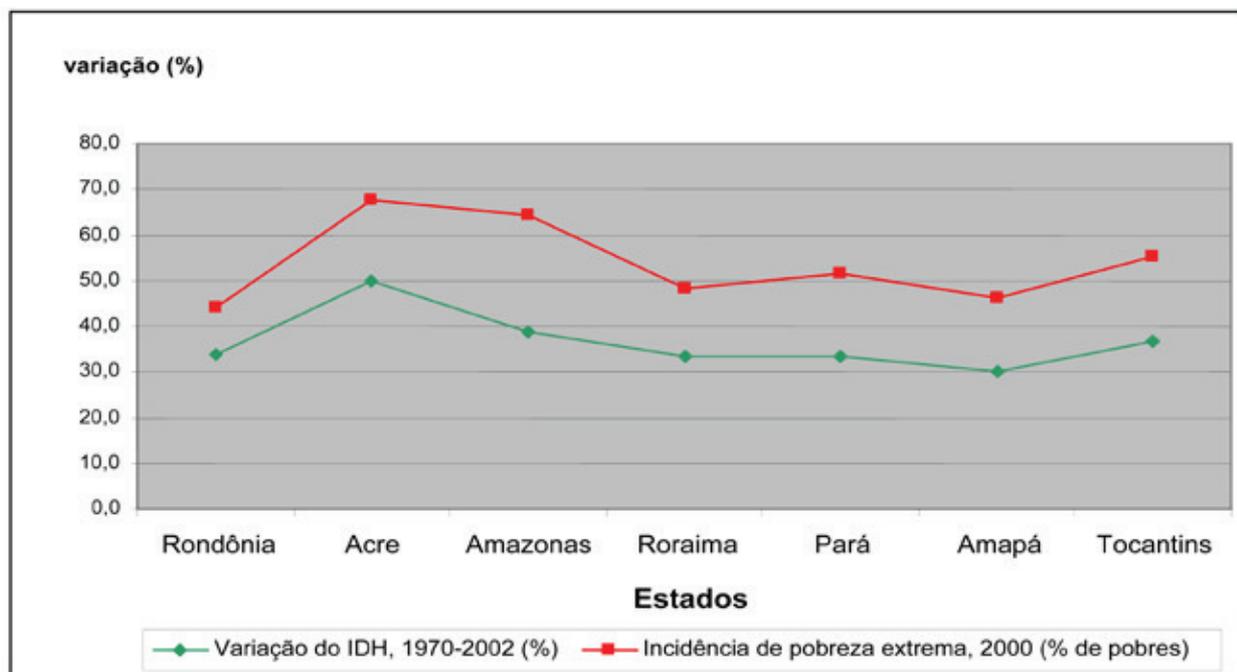


Gráfico 2 - Comparação entre a variação do IDH (1970/02) e a incidência de pobreza extrema na Amazonia (2000).

atividades não inseridos no contexto do mercado externo foram penalizados ou excluídos. É o caso da agricultura familiar (IMESC, 2008), segurança alimentar (SILVA, 2009), comunidades e povos tradicionais e, sobretudo, meio ambientes com perda de biodiversidade e aumento de desmatamento (PAULA, 2008). Os gráficos

(gráfico 4), o grande salto acontece no atual século, em função da melhoria dos preços e o papel do Mato Grosso nesta ampliação da produção, embora o Pará e Rondônia dêem saltos impressionantes.

Parcelas importantes da produção de arroz provêm de forma crescente da agricultura moderna mecanizada, no entanto, a parte mais

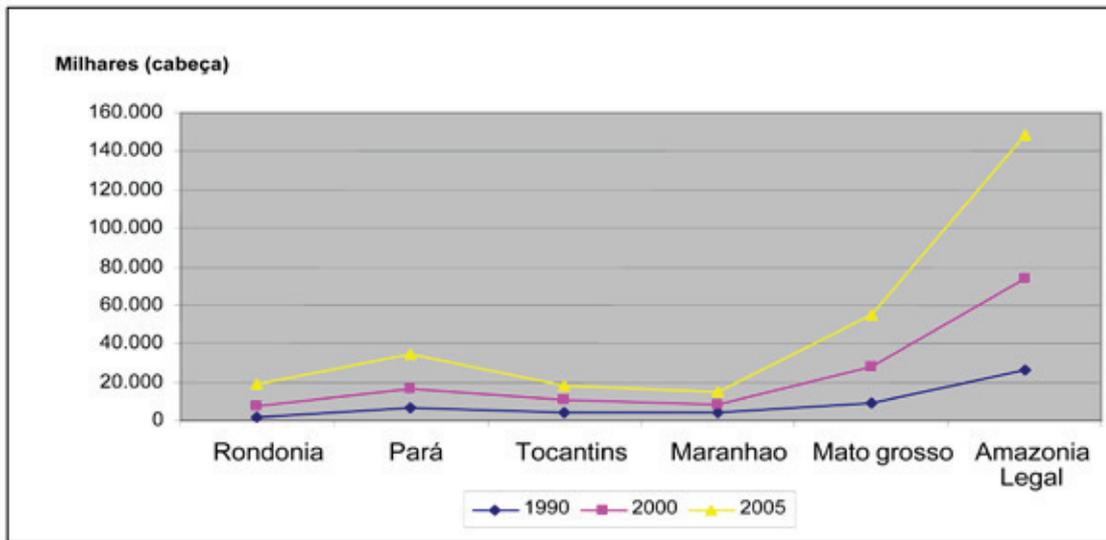


Gráfico 3 - Evolução do Rebanho bovino na Amazonia/estados nos anos 1990/00/05.

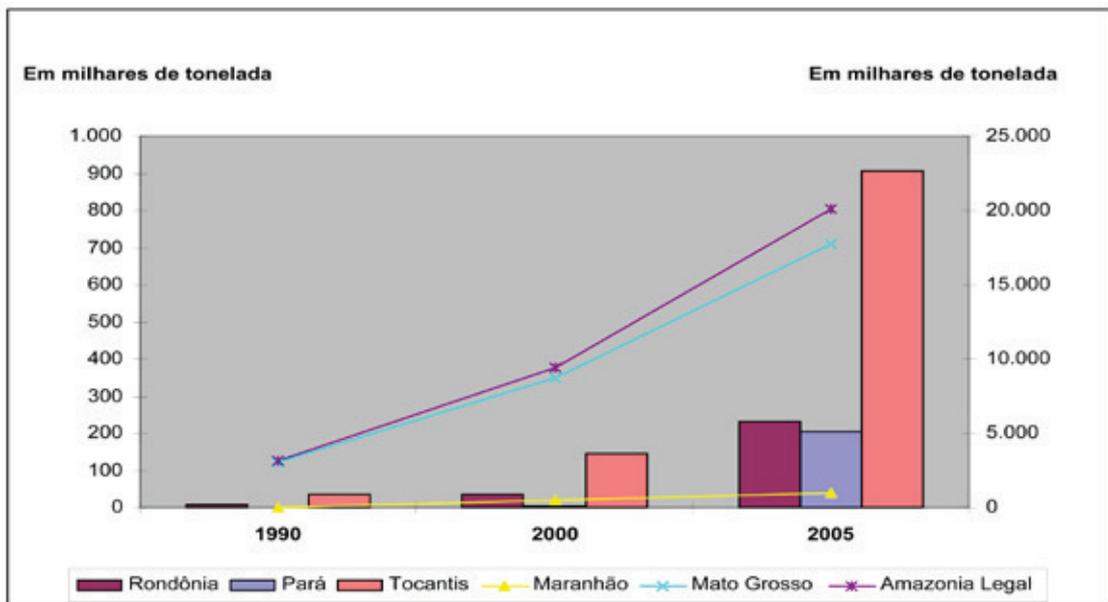


Gráfico 4 - Evolução da produção de Soja na Amazonia/estados nos anos 1990/00/05.

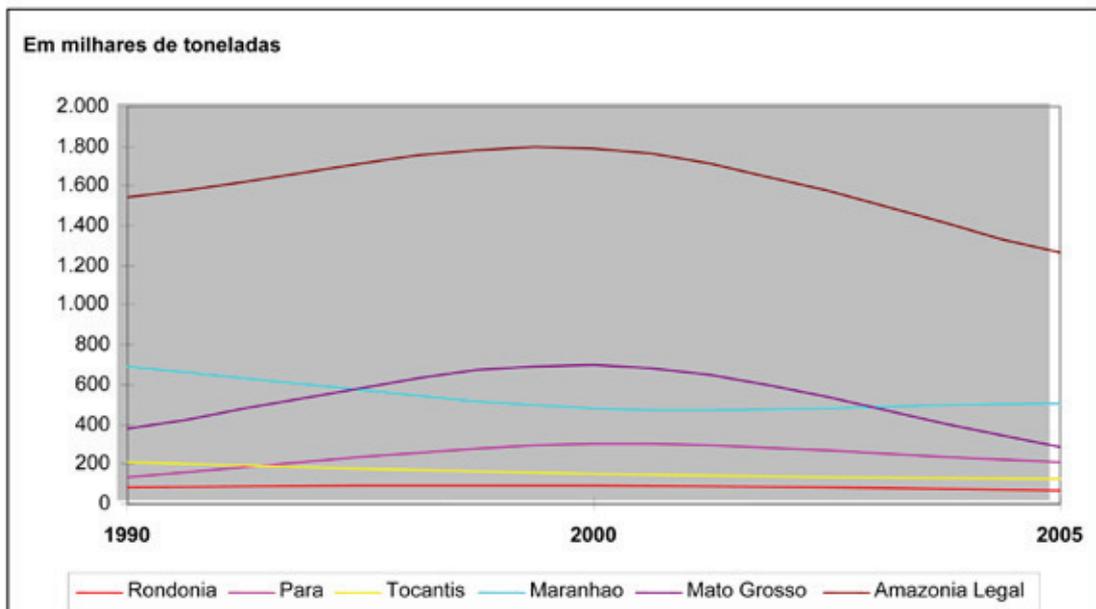


Gráfico 5 - Evolução da produção de arroz na Amazonia/estados nos anos 1990/00/05

significativa ainda se origina na agricultura familiar que vem encolhendo há décadas em função da atração exercida pela soja e a pecuária. O resultado é que em estados como o Maranhão e Pará a cultura está estagnada.

Inúmeros fatores estão atrelados a magnitude do desmatamento, uns diretamente relacionados como a pecuária e a soja, outros, indiretamente abertura de estradas e a construção de infra-estruturas básicas, além do desaparecimento dos órgãos de fiscalização. Os estados que lideram as exportações de *commodities* seja qual sua origem (mineral/vegetal/agrícola) são também os campeões de desmatamento, a frente Mato Grosso e Pará. (MESQUITA,2009)

4.1 Integração e desigualdade

Na Amazônia, as pequenas e médias

em vez de trazer benefício à maioria da população, e, portanto, maior inclusão social, tem, ao contrário, contribuído para aumentar as desigualdades sob todos os aspectos e acelerar conflitos ambientais e sociais na medida em que atropelam os interesses da sociedade local, sob o pretexto de trazer o progresso e o desenvolvimento.

O investimento privado pontual e seletivo pouco contribuiu para alterar o perfil de pobreza e desigualdade. Além disso, ao enfatizar segmento articulado com a demanda externa, deixa a economia regional mais vulnerável e com um padrão de crescimento instável, pois seu desempenho depende fundamentalmente da dinâmica externa de poucos países e de produtos industriais baseados em recursos naturais.

Se antes, com o Estado desenvolvimentista,

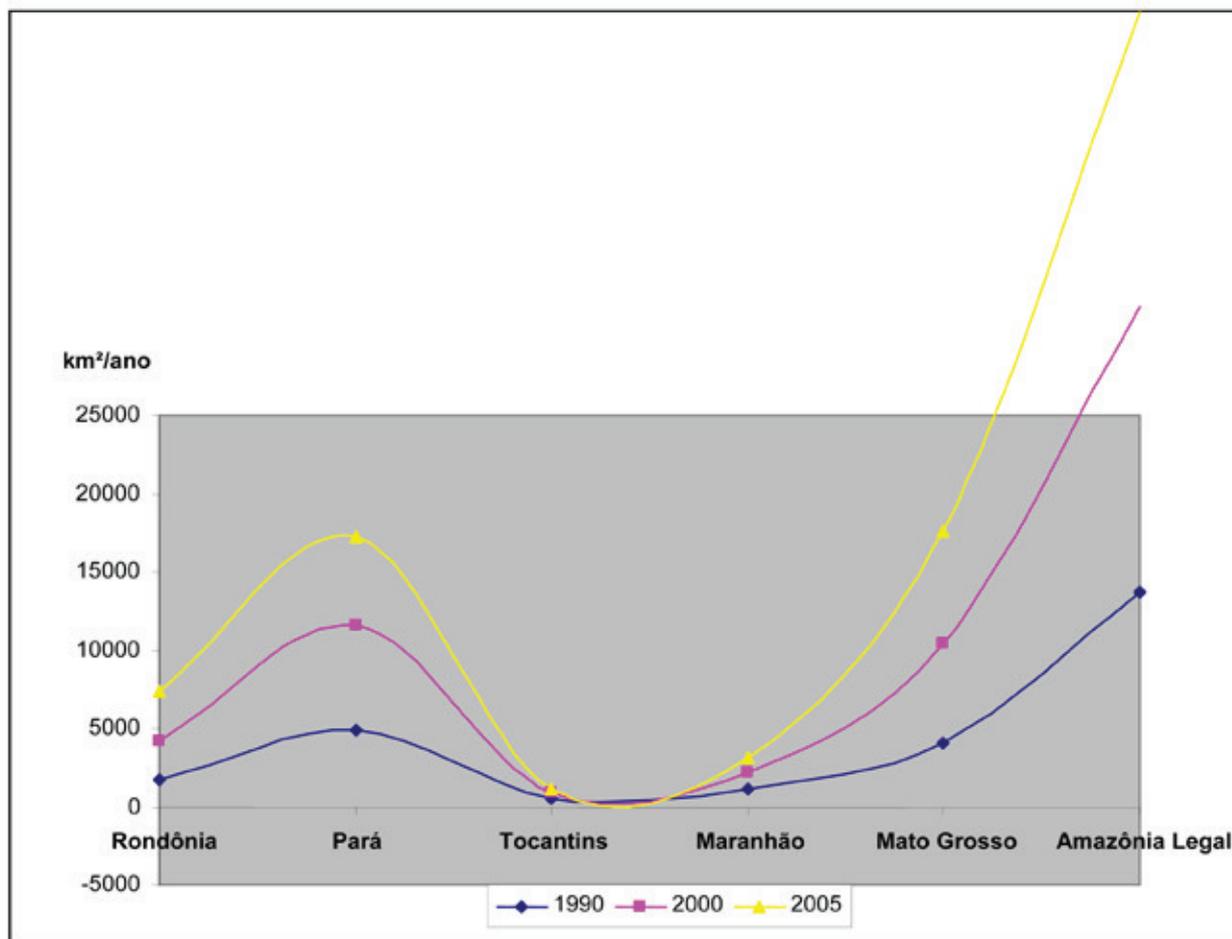


Gráfico 6 - Evolução do Desmatamento na Amazonia/estados nos anos 1990/00/05

indústrias locais e os setores/atividades a elas relacionadas, também foram desarticulados com essa política econômica implementada pós 1990. Houve uma desindustrialização e/ou especialização e mudança de perfil de segmento importante do setor. A indústria de bens intermediários (mineral/agrícola) substituiu as de bens de consumo não-duráveis. Significa dizer que essa maior integração da Amazônia,

a dívida pública foi utilizada como instrumento comum de política econômica, necessário e indispensável para manter o crescimento e para diminuir as desigualdades regionais, hoje o quadro é bem diferente. Isso se revela em qualquer análise que se faça da execução orçamentária, da evolução do investimento, crescimento do PIB ou da taxa de juro. Por exemplo: a análise da função

“desenvolvimento regional” -- que contempla uma série de gastos voltados para a agricultura, a indústria, a infraestrutura, etc. – mostra que a ação governamental quase desaparece entre 1990/2005.

No início de noventa, quando o desmonte da política regional ainda não era completo, os gastos voltados ao desenvolvimento regional era relativamente importante, em torno de 18% das despesas totais; com a desativação de tais políticas e o fechamento das agências de planejamento regional Sudam e Sudene nos governos do FHC, o montante para essa rubrica despenca para menos de 2%, ou seja, os investimentos, antes a cargo do setor, praticamente desaparecem e o setor privado não o substitui. Vale lembrar que no governo LULA, essa tática permanece, ou seja, passa a ser na verdade uma política de estado e não mais de governos, é o que demonstram os dados governamentais (SNT) neste período focado.

5 CONCLUSÃO

Percebe-se, assim, que a história recente do desenvolvimento da região Amazônica é o espelho de um processo de intervenção em que sobressai o papel do Estado. O caminho trilhado nos últimos 50 anos pode ser “separado” em três ou mais etapas, nas quais se nota uma maior ou menor interferência da atuação governamental, no sentido de alterar o perfil anterior de desintegração ao circuito do grande capital. Se, numa primeira fase, as significativas taxas de crescimento revelam o potencial adormecido da região e favorecem que mudanças estruturais importantes se estabeleçam e se consolidem na Amazônia, no período seguinte e no último, um sinal amarelo e vermelho é aceso, o que impede a ultrapassagem de barreira lá posta.

Esse movimento se articula com a mudança de paradigma em termos de acumulação que há muito se gesta no cenário internacional, na qual o papel do Estado é questionado como fator indutor do crescimento econômico. Ora, com taxa de investimento (especialmente o público) declinante em áreas essenciais e a questão regional escamoteada, o quadro atual de desenvolvimento do país não poderia ser diferente. Em síntese, o crescente endividamento público e o pagamento compulsório daí decorrentes impediram que o país avançasse no seu desenvolvimento e postergasse mais uma vez a inclusão de milhões de brasileiros à cidadania a que têm direito.

A política macroeconômica responsável por variáveis fundamentais e determinantes da economia, como a taxa de juros, de câmbio e a arrecadação de impostos, não tem qualquer tipo de controle social, e, assim, o governo usurpa poderes, tanto na hora de apropriar-se, quanto

na hora de distribuir o excedente.

As políticas monetária, cambial e fiscal executadas pelo Executivo passam despercebidas pela sociedade. O Legislativo, por sua vez, é praticamente omissivo. Essas políticas têm acarretado o quadro de distorções aqui mostrado, no qual uma minoria privilegiada e abastada, constituída de bancos, fundos de pensão e de investimentos, ao reter parcela crescente da riqueza, sob a forma de juros e amortização, impossibilita que a maioria da população seja atendida pelas políticas públicas essenciais como saúde, educação e saneamento, aprofundando as desigualdades socioespaciais.

REFERÊNCIAS

ARRIGHI, G. **O longo século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Ed. UNESP, 1996.

IBGE. **Sistema de recuperação automática SIDRA**, Disponível em: <www.sidra.ibge.gov.br/bda/territorio/cartot.asp?func=imp&z=t&o=10&i=P>. Acesso em: 01 abr. 2008.

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDO ECONÔMICO E SOCIAL E DE CARTOGRAFIA. **Desenvolvimento econômico recente do Maranhão: uma análise do crescimento do PIB e Perspectivas**. Caderno IMESCSão Luís, n. 7, 2008.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1984. Coleção os Economistas. V. I, tomo 2,

MESQUITA, Benjamin Alvino de. **Política de Desenvolvimento e Desigualdade Regionais: o caráter seletivo e residual da intervenção governamental no Maranhão**. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís: v.11, n.2, p.27-54, jul./dez., 2008.

_____. **Demanda por alimentos e as conseqüências na Amazônia brasileira: “sucesso” do agronegócio e tragédia do desmatamento**. In: ENCUENTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, 12, Montevideu, Uruguai, 2009.

PAULA, R. Z. Affonso de. **A dinâmica recente, impacto social e perspectivas da economia do estado do Maranhão –1970/2008**. In: ENCONTRO REGIONAL DE ECONOMIA, (ANPEC), Fortaleza, 2008, **Anais...Fortaleza: BNB, 2008**.

PORRO, R. **Expansão e trajetórias da pecuária na Amazônia: vales dos rios Mearim e Pindaré - Maranhão**. Brasília: Ed. UNB, 2004.

SILVA, J.R.S. **Algumas conseqüências da política neoliberal para agricultura familiar na Amazônia**

Brasileira: exclusão social e concentração de riqueza In: ENCUESTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA; 12., Montevideu, Uruguai, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Desenvolvimento agrícola na Amazônia Legal: a dinâmica recente do agronegócio e os impactos na agricultura familiar, no extrativismo do babaçu, no desmatamento e na segurança alimentar no Maranhão**, São Luis, 2009. (Projeto de pesquisa). Mimeo.

NOTAS

1. Entre 2000/05 o rebanho cresceu 100% e 124% respectivamente.

Benjamin Alvino de Mesquita

Doutor em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e em Geografia, Aménagement et Urbanism pela Sorbonne Nouvelle/Paris III. É professor adjunto IV, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).
E-mail: bamin@elo.com.br

Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Av. dos Portugueses, s/n – Campus do Bacanga.
São Luís - MA
CEP 65.085-580